

## **BOLETIM 590**

**Brasília, 20 de junho de 2018**

# **Reforma trabalhista beneficiou os mais ricos**

O governo continua alardeando, passados mais de seis meses de sua imposição, aquilo que julga como as virtudes da reacionária “reforma” trabalhista. O balanço das contratações e demissões revela quem realmente ganhou com tal “reforma”. Levantamento feito pelo jornal Valor Econômico a partir de dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho) mostra quem perdeu desde a vigência da lei: os trabalhadores.

As empresas tiveram uma economia de até R\$ 157,4 milhões. Beneficiadas pela “reforma”, pagaram menos com avisos prévios e multas do FGTS. Também não entrou no bolso dos trabalhadores a quantia de R\$ 255,3 milhões equivalentes à redução do seguro desemprego. Isto é, em apenas seis meses, os trabalhadores perderam R\$ 412,7 milhões somente com verbas rescisórias e seguro desemprego. Portanto, a lei disse a que veio: retirar direitos trabalhistas. Some-se a isso os milhões de trabalhadores que perderam o emprego ou que vivem no subemprego desde que Temer tomou a Presidência da República.

Além de perder diretamente com a redução de verbas rescisórias e seguro desemprego, perdem também com os cortes do governo golpista que se acumulam e, no orçamento de 2018, aparecem com toda sua cruzeza. As reduções de verbas públicas para a área social se acumulam, para qualquer lado que se olhe.



O programa Minha Casa Minha Vida quase acabou - perdeu 94,9% de suas verbas desde 2015: o orçamento era de 23,55 bilhões, e caiu para R\$ 1,2 bilhão em 2018.

No PAA (Programa de Aquisição de Alimentos do Ministério do Desenvolvimento Social), que permite a compra pelo governo de gêneros da agricultura familiar, a queda foi de 91% em relação a 2016. Houve queda grave também no programa Luz Para Todos, com diminuição de 79% no mesmo período.

Pilhagem da mesma dimensão ocorreu no Programa Universidade para Todos (Prouni). Em 2016, foram cortadas 80 mil bolsas integrais. Segundo o IBGE, mais de 170 mil estudantes abandonaram seus cursos em 2017 por não poderem pagá-los. E a situação se agrava. Entre 2013 e 2016, a desistência era de 5% dos alunos; aumentou para 7,4% em 2017 – em consequência do empobrecimento da população causado pelo desemprego e queda de renda. E da redução no financiamento estudantil devido aos cortes no Fies.

O cenário é desolador em relação às universidades federais. Em 2015, orçamento para elas era de R\$ 15 bilhões. Em 2017 proliferaram os atrasos nos salários de professores e terceirizados, paralisação de obras, falta de insumos básicos, como materiais de higiene e limpeza. Em 2018 o governo prevê um orçamento de somente R\$ 5 bilhões para



as universidades – um terço do que foi o orçamento de 2015.

Em outra área social de enorme importância para o bem-estar dos brasileiros – a saúde – os cortes são dramáticos e prejudicam mesmo a vacinação de bebês, com a ameaça da volta de doenças que se julgava erradicadas, havendo notícias de graves surtos de febre amarela, malária, dengue e outras epidemias de impacto nocivo. Os programas de vacinação do governo podem desaparecer, à míngua de recursos. A cobertura vacinal de crianças e bebês cai desde 2017 e chega ao mais baixo nível desde 2002. A meta oficial de vacinação é de 95% das crianças menores de um ano de idade – mas agora mal alcança 80% – e somente uma vacina, a BCG, chega perto da meta e alcança 91,4% das crianças. Entre as vacinas que tiveram sua cobertura diminuída estão as que protegem contra poliomielite, sarampo, caxumba, rubéola, difteria, varicela, rotavírus e meningite. "São os menores níveis já registrados", diz a coordenadora do programa, Carla Domingues.

Uma das primeiras providências do governo de Michel Temer, contra o povo e contra o Brasil, foi a imposição da PEC dos Gastos, que prevê o congelamento por 20 anos das despesas do governo nas áreas sociais e em investimentos produtivos.

Mudança constitucional feita sob medida para a pilhagem dos recursos públicos, que passam a ser destinados prioritariamente para a satisfação da especulação financeira. Nestas condições, Temer planeja gastar em 2018 três vezes mais com juros da dívida pública do que com Saúde e Educação. Em 2018 há a previsão de que o governo vai abrir mão de R\$ 283 bilhões em renúncia fiscal, beneficiando igualmente o grande capital – soma que supera a prevista para Saúde, Educação e Ciência e Tecnologia, que alcançará R\$ 250 bilhões.

*Fonte: Portal Vermelho*

## Palestras vão debater reforma trabalhista

### *Jornadas Brasileiras de Relações de Trabalho foi lançada na Câmara*

Uma série de palestras pelo país vai esclarecer e tirar dúvidas sobre a nova legislação trabalhista brasileira, sancionada em julho de 2017. Lançada nesta terça-feira (19), na Câmara dos Deputados, as Jornadas Brasileiras de Relações de Trabalho vai discutir a reforma trabalhista em 14 estados com membros do Ministério Público do Trabalho, advogados, auditores-fiscais do Trabalho, professores e alunos de direito.

O coordenador-geral das Jornadas e ex-ministro do Trabalho, deputado Ronaldo Nogueira (PTB-RS), disse que a iniciativa tem o objetivo de debater de forma técnica a aplicação da reforma trabalhista.

**Exclusão de trabalhadores** - Para o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Alexandre Agra Belmonte, a revolução tecnológica excluiu trabalhadores do ambiente de trabalho. "Esperamos que essa legislação possa se adequar às transformações sociais, fazendo com que empregadores e trabalhadores se tornem parceiros no desenvolvimento do país", disse.

Os eventos serão realizados pelo Instituto Brasileiro de Ensino e Cultura (Ibec). O calendário com a programação e os locais em que serão realizadas as Jornadas podem ser acessados na página do instituto.

*Fonte: Agência Brasil*



## Agenda da Classe Trabalhadora para o desenvolvimento

*Clemente Ganz\**

A economia tem dificuldade para sair da recessão e anda de lado, sem dinamismo. As estimativas de crescimento do PIB para 2018 são continuamente revisadas para baixo. O governo vende as empresas públicas e as reservas naturais; e as multinacionais compram tudo, inclusive as companhias privadas brasileiras.

Nesse quadro, as eleições de outubro carregam, para muitos, a expectativa de construção de uma saída para reorientar a estratégia de desenvolvimento, fortalecendo as instituições e recuperando os fundamentos constitucionais.

Por isso, mais uma vez, as Centrais Sindicais (CUT, Força Sindical, UGT, CTB, NCST, CSB e Intersindical) tomaram a iniciativa, de forma unitária, de apresentar uma agenda para o redirecionamento da estratégia de desenvolvimento do país. São propostas que indicam que o caminho é outro, diferente deste que hoje é trilhado.

A iniciativa reafirma a importância dos sindicatos e da luta dos trabalhadores, que visa promover o bem-estar, a qualidade de vida e a sustentabilidade ambiental para todos.

A “Agenda Prioritária da Classe Trabalhadora –democracia, soberania e desenvolvimento com justiça social: trabalho e emprego no Brasil”, lançada em 6 de junho, apresenta 22 propostas estratégicas para recolocar o Brasil na trajetória do crescimento econômico e do desenvolvimento social. Entre os itens destacados estão o emprego, a reforma



tributária, a prioridade para a educação, a atenção à saúde e o combate às desigualdades.

O objetivo da Agenda é mobilizar trabalhadores e sindicatos para o debate sobre diversas questões e propostas que, na sequência, devem ser apresentadas aos candidatos aos legislativos e executivos estaduais, bem como aos que concorrem à Presidência da República, à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.

É uma Agenda que busca o diálogo – sustentado pelo interesse em pensar estrategicamente o desenvolvimento do país– e o debate público –para a nação, de maneira soberana, decidir o rumo que quer tomar.

O desemprego –hoje estrutural– é o problema que demanda medidas mais urgentes e que produzam efeitos em curtíssimo prazo. Entre as iniciativas que poderiam ser implementadas está a criação de ocupações visando à retomada de serviços e pequenas obras públicas, hoje paralisados. Esse tipo de determinação teria grande impacto sobre o emprego na cadeia da construção civil.

O diálogo social deve ser a aposta para firmar compromissos em torno de um projeto de desenvolvimento em cuja base haja um sistema de relações de trabalho democrático, com sindicatos representativos e autônomos, direito de negociação para os servidores públicos e



garantia de organização sindical desde o local de trabalho.

A legislação laboral requer uma reestruturação que elimine todos os aspectos que precarizam os direitos dos trabalhadores e enfraquecem os sindicatos, a fim de valorizar as negociações e a solução ágil dos conflitos.

O papel do Estado como articulador das políticas públicas e dos investimentos, inclusive com empresas públicas fortalecidas, precisa ser recuperado, com a mudança na lei do teto do gasto público, na gestão e governança das estatais.

É essencial que as políticas públicas de emprego, trabalho e renda, bem como de seguridade e previdência social, sejam remodeladas de acordo com o mundo do trabalho em mudança – novas ocupações, predominância dos serviços, uso de tecnologia etc – e orientadas para a construção de proteção universal dos cidadãos durante a vida laboral e a aposentadoria.

As propostas da Agenda consideram que as saídas da crise serão tomadas no campo da política, essa prática milenar de luta e diálogo que delinea caminhos na complexidade da diversidade humana de interesses, visões e poder.

Do lado sindical, existe a certeza de que só um movimento capaz de promover mobilizações propiciará um novo campo de diálogo e possibilidade de entendimento e acordo. Estamos distantes, mas o desafio é intensificar a ação em busca da aproximação.

*Clemente Ganz Lúcio é diretor técnico do Dieese*

*Fonte: Poder 360*

## Comissão rejeita PLC 30 e aprova que contratos de terceirizados sejam superiores a 4 anos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou, nesta terça-feira (19), pela manhã, o parecer do relator, senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 195/15, e pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/15, e dos projetos de Lei do Senado (PLS) 87/10, 447/11, e 339/16.

No parecer, Ferraço julgou ter havido perda de objeto dos referidos projetos (PLC 30/15 e dos PLS 87/10, 447/11, e 339/16), porque tratam de mudanças que já foram feitas, segundo o relator, pelo Congresso Nacional em 2017 com Lei da Terceirização (Lei 13.429/17) e depois com a Reforma Trabalhista (Lei 13.467/17).

O PLC 195/15, aprovado pela CAE, permite que contratos de prestação de serviços celebrados entre empresas, seja superior a 4 anos, limite estabelecido pelo artigo 598 do Código Civil.

**Tramitação** - A matéria segue agora para apreciação da Comissão de Constituição de Justiça.

*Fonte: DIAP*

## PIB caiu 0,4% no trimestre finalizado em abril, diz FGV

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro teve uma queda de 0,4% no trimestre encerrado em abril deste ano, em relação ao trimestre anterior (encerrado em janeiro). Na comparação com abril do ano passado, no entanto, o PIB, que é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país, cresceu 1,3%. Os dados são do Monitor do PIB, da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Considerando-se apenas o mês de abril, o PIB cresceu 0,1% na comparação com março deste ano e 2,9% na comparação com abril do ano passado. Em 12 meses, o PIB acumula crescimento de 1,6%.

Na comparação do trimestre encerrado em abril com o trimestre encerrado em janeiro, apenas a agropecuária teve alta (0,1%). A indústria recuou 0,4% e o setor de serviços caiu 0,1%. A principal queda foi observada na indústria da transformação (0,9%). Nos serviços, os maiores recuos foram nos transportes, serviços de informação e serviços de intermediação financeira (todos com quedas de 0,4%).

Sob a ótica da demanda, tiveram crescimento o consumo das famílias (0,1%) e as exportações (3,8%). Por outro lado, caíram o consumo do governo (0,3%) e formação bruta de capital fixo, isto é, os investimentos (0,2%).

O PIB calculado mensalmente pela FGV não é o indicador oficial para medir o ritmo econômico brasileiro, mas serve como uma prévia do índice oficial, medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que é divulgado trimestralmente.

*Fonte: Agência Brasil*



## Samarco/Vale: Prefeito de Mariana cobra compromisso

Cansado de esperar por providência e pela retomada da atividade econômica prometida pela Samarco e já liberada pela justiça e pelos órgãos de regulação, o prefeito de Mariana, Duarte Jr., partiu para o enfrentamento. Ele denuncia o descaso governamental e a indiferença dos empresários.

A seguir, trechos das declarações de Duarte Jr.: “A Samarco não retornou ainda porque não existe interesse da Vale e BHP de retomar o trabalho com ela. Vale e BHP têm todas as licenças necessárias para começar a preparar a cava. Eles têm essa licença há sete meses e até hoje não começaram a preparar a cava, porque quando estiver com a cava preparada aí você chama o Estado e o Estado fala assim: ok, a cava atende e agora vou te dar a LOP, que é a licença de operação”.

“O que está acontecendo é que principalmente a Vale pegou São Luis do Maranhão e investiu lá mais de R\$ 100 milhões, botou a usina de lá para rodar, atendeu todo seu mercado consumidor e não está preocupada com a responsabilidade social. O presidente da Vale, quando assumiu, disse que teria responsabilidade social com a região”.

*Fonte: Brasil247*



## Falta de empregada à audiência não acarreta improcedência da ação

A ausência de uma operadora de telemarketing à audiência de instrução não afastou a obrigação da Fleury S.A. de apresentar controles de frequência para comprovar o pagamento de horas extras. Com esse entendimento, a Segunda Turma do TST determinou o retorno do processo à 3ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro para que julgue os pedidos da operadora.

O juízo de primeiro grau e o TRT da 1ª Região (RJ) haviam entendido que, por não ter comparecido à audiência, a profissional se tornou confessa quanto aos fatos apresentados pela empregadora.

No exame do recurso de revista da empregada, o relator, ministro José Roberto Freire Pimenta, assinalou que o entendimento do TST quanto às consequências da aplicação da confissão ficta não conduz necessariamente à improcedência dos pedidos. Segundo ele, a presunção de veracidade dos fatos alegados pela empresa é apenas relativa e pode ser cotejada com outras provas já reunidas no processo, nos termos do item II da Súmula 74 do TST.

O ministro destacou que caberia à empresa, que tem mais de 10 empregados, apresentar os registros de horário, conforme prevê o artigo 74, parágrafo 2º, da CLT. Trata-se, a seu ver, de caso de “confissão recíproca”, em que a empregada não compareceu à audiência na qual deveria depor e a empregadora não juntou os controles de jornada.

Nessa situação, o posicionamento do TST é o da presunção em sentido contrário, ou seja, em favor da empregada (item I da Súmula 338).

Processo: RR-10724-30.2014.5.01.0031

Fonte: TST

## Rosa Weber é eleita presidente do TSE e fala em "disputa acirrada"

O plenário do TSE elegeu nesta terça-feira (19) a ministra Rosa Weber para ocupar a presidência da Corte. A ministra já faz parte do tribunal e vai suceder Luiz Fux no comando da Corte em agosto, quando Fux deixará o posto após dois anos no cargo.

Rosa Weber, que também é ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), vai presidir as eleições de outubro e deverá ficar no cargo até maio de 2020. "Eu sei da enorme responsabilidade que me aguarda neste ano de 2018, em que o país se encontra em meio a uma disputa tão acirrada, com tantas divisões", disse a ministra após a votação.

O TSE é composto por sete ministros. A presidência é ocupada por ordem de antiguidade entre os três ministros do STF que também compõem o tribunal eleitoral. Dois ministros oriundos do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e dois membros da advocacia completam a composição do TSE.

Fonte: Agência Brasil

### **BOLETIM CONTRICOM**

Presidente

**ALTAMIRO PERDONÁ**

Secretário Geral

**MIRALDO VIEIRA DA SILVA**

Secretário de Finanças

**AROLD PINTO GARCIA**

Secretário para Assuntos de Comunicação

**WILSON GERALDO SALES DA SILVA**

Redação e Edição

**INSTITUTO DOIS CANDANGOS**